

Programa de formação docente: sugestões teóricas e práticas a serem utilizadas para melhorar as políticas e práticas educacionais voltadas para a inclusão nas escolas.

Teacher education program: theoretical and practical suggestions to be used to improve educational policies and practices aimed at inclusion in schools.

Jean Carlos Campos Barbosa¹

Rosana Costa de Oliveira²

Resumo

A inclusão escolar é um princípio estruturante das políticas educacionais, orientado à garantia de equidade no acesso, permanência e aprendizagem, respeitando as especificidades dos estudantes. Sua operacionalização requer avaliação contínua das necessidades educacionais e adoção de adaptações curriculares flexíveis, alinhadas a práticas inclusivas. Embora frequentemente associadas a estudantes com deficiência, tais adaptações devem favorecer toda a turma. A implementação desse paradigma implica a revisão de abordagens pedagógicas tradicionais, incorporando a diversidade cultural, social, étnica, religiosa e de gênero no planejamento didático. A inclusão ultrapassa a presença física, exigindo participação efetiva dos alunos, com engajamento cognitivo e social. A criação de ambientes inclusivos depende de condições institucionais que promovam equidade de oportunidades e eliminem barreiras à aprendizagem. Docentes devem mobilizar competências técnicas e socioemocionais, manter práticas dialógicas e investir em formação continuada. O conhecimento individualizado dos estudantes é essencial para ajustar estratégias pedagógicas. O estudo sobre escolas, baseado em pesquisa qualitativa (entrevistas e observações), evidencia desafios estruturais e a necessidade de suporte contínuo aos professores. Destaca-se a importância da articulação intersetorial entre escola, família e serviços de saúde e assistência social. A efetivação da inclusão demanda ação coordenada desses atores, integrando inclusão educacional e social como eixo estratégico para garantir qualidade educacional e reduzir desigualdades.

¹ Autazes – Amazonas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9859-7309>

² Autazes – Amazonas – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6246-9573>

Palavras-Chave: Inclusão escolar, Currículo escolar, Formação de Professores

Abstract

School inclusion is a structuring principle of educational policies, aimed at ensuring equity in access, retention, and learning, while respecting the specific needs of students. Its implementation requires continuous assessment of educational needs and the adoption of flexible curricular adaptations aligned with inclusive practices. Although often associated with students with disabilities, such adaptations should benefit the entire class. Implementing this paradigm involves revising traditional pedagogical approaches, incorporating cultural, social, ethnic, religious, and gender diversity into instructional planning. Inclusion goes beyond physical presence, requiring effective student participation with cognitive and social engagement. The creation of inclusive environments depends on institutional conditions that promote equal opportunities and eliminate barriers to learning. Teachers must mobilize both technical and socio-emotional skills, maintain dialogical practices, and invest in continuous professional development. Individualized knowledge of students is essential to adjust pedagogical strategies. The study of schools, based on qualitative research (interviews and observations), highlights structural challenges and the need for ongoing support for teachers. It also emphasizes the importance of intersectoral coordination between schools, families, and health and social assistance services. The effective implementation of inclusion requires coordinated action among these actors, integrating educational and social inclusion as a strategic axis to ensure educational quality and reduce inequalities.

Keywords: School inclusion, School curriculum, Teacher training

Introdução

A inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais é uma prioridade relevante e ainda em consolidação no Brasil. Desde a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, houve avanços na integração desses alunos ao ensino regular. No entanto, a efetividade desse processo ainda enfrenta desafios estruturais, como a formação de professores, a adequação dos ambientes escolares e a oferta de recursos e apoios especializados.

As políticas educacionais brasileiras reconhecem a inclusão como princípio fundamental. Contudo, conforme destaca Flores (2009), a legislação só se torna efetiva quando implementada tanto de forma institucional quanto participativa. Nesse sentido, é

essencial adotar uma abordagem crítica e contextualizada, orientada pela busca por equidade e justiça social.

A implementação da inclusão exige ajustes abrangentes nas escolas, incluindo adaptações físicas, revisão curricular, fortalecimento da formação docente e reestruturação do Projeto Político-Pedagógico. Essas medidas são indispensáveis para garantir acesso e permanência com qualidade para todos os estudantes.

O processo de inclusão é complexo e demanda o engajamento conjunto de governo, instituições de ensino e sociedade. Além de superar barreiras estruturais, é necessário combater preconceitos e promover uma cultura de respeito à diversidade. A escola deve se posicionar como um espaço acolhedor, que valorize diferentes formas de aprendizagem e trajetórias de vida.

Autores como Mantoan (2003/2017) defendem a necessidade de repensar o modelo educacional, promovendo uma educação mais inclusiva, diversa e significativa. Isso implica reconhecer a pluralidade cultural, social e cognitiva como elemento enriquecedor do processo educativo. Complementarmente, Freire (2017) enfatiza a importância da conscientização e da emancipação dos sujeitos, destacando o papel da educação na formação de indivíduos críticos e autônomos.

A adoção de uma abordagem transdisciplinar também se mostra estratégica, ao favorecer a integração entre áreas do conhecimento e ampliar as possibilidades de aprendizagem. Além disso, é fundamental valorizar diferentes saberes, não apenas o conhecimento científico, mas também experiências e conhecimentos sociais relevantes.

A exclusão escolar ocorre quando essas diferenças são ignoradas ou desvalorizadas. Mantoan (2015) alerta para a importância de acompanhar as transformações sociais e questionar práticas tradicionais que limitam a inclusão. Nesse contexto, a reflexão proposta pela autora convida educadores a se posicionarem ativamente na construção de novas práticas.

Desse modo, a revisão contínua das práticas pedagógicas, aliada à formação permanente dos profissionais e ao fortalecimento da parceria com a comunidade, é essencial para consolidar uma educação inclusiva. Como observa Luckesi (2008), mudanças pontuais não são suficientes; é preciso avançar para modelos que realmente transformem o sistema educacional.

Em síntese, promover a inclusão escolar requer compromisso contínuo, inovação pedagógica e valorização da diversidade, com o objetivo de formar cidadãos preparados para uma sociedade mais justa, plural e colaborativa.

Revisão de Literatura

A inclusão escolar fundamenta-se no princípio de que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais, em ambientes que valorizem suas diferenças e individualidades (Mantoan, 2003, p. 45). Nessa perspectiva, a escola inclusiva deve garantir igualdade de acesso, permanência, participação e aprendizagem, promovendo uma educação de qualidade para todos (Mantoan, 2006, p. 20).

A abordagem proposta por Mantoan estrutura-se em três pilares essenciais: valorização da diversidade, participação plena e aprendizagem de qualidade. Esses elementos orientam uma prática pedagógica que reconhece o aluno como sujeito singular, inserido em contextos sociais e culturais diversos.

Do ponto de vista sociocultural, a inclusão é compreendida como um processo que ultrapassa a dimensão individual, promovendo transformações nas relações sociais e na forma como os sujeitos interagem e se desenvolvem (Maciel, 2015). Nesse contexto, a convivência em ambientes inclusivos contribui para a formação de indivíduos mais participativos, conscientes e capazes de atuar como agentes de mudança.

Apesar dos avanços teóricos, ainda persistem desafios significativos na implementação da inclusão, especialmente em contextos rurais, como no município de Autazes/AM. Entre os principais obstáculos destacam-se a insuficiência de formação docente, a ausência de recursos adequados e limitações na infraestrutura escolar (Mendes, 2000 apud Souza & Ferreira, 2022; Trevisan, 2012). A carência de estratégias pedagógicas específicas compromete a qualidade do ensino e limita a efetividade das práticas inclusivas.

A falta de acessibilidade física e de salas de recursos multifuncionais restringe o atendimento especializado necessário aos estudantes (Vaz, 2021). Além disso, a resistência cultural e a falta de sensibilização da comunidade escolar ainda representam barreiras à inclusão, contrariando os princípios da Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação para todos e a redução das desigualdades sociais (Oliveira, 2022).

A inclusão, no entanto, não se limita à presença física do aluno na sala de aula. Ela exige adaptações curriculares, práticas pedagógicas diferenciadas e a construção de um ambiente acolhedor (Battisti et al., 2022). Nesse sentido, o cuidado e a compreensão das necessidades individuais são fundamentais para o desenvolvimento de uma prática educativa

crítica e reflexiva (Kramer, 2005 apud Battisti et al., 2022), em consonância com a LDB nº 9.394/1996.

O currículo escolar desempenha papel central nesse processo. Ele deve ser flexível, inclusivo e sensível às vivências dos alunos, reconhecendo que o conhecimento não é neutro, mas socialmente construído (Moreira & Tadeu, 2013). Conforme Sacristán (2013), o currículo organiza os conteúdos, enquanto Lopes et al. (2023) reforçam que ele incorpora dimensões culturais, sociais e políticas, sendo determinante na promoção da equidade educacional.

Um currículo inclusivo valoriza a diversidade, adapta estratégias de ensino e promove a participação ativa dos alunos, incentivando o diálogo, a colaboração e o protagonismo estudantil (Vaz, 2021; Lopes et al., 2023). Além disso, deve ser continuamente avaliado e ajustado, considerando as necessidades e experiências dos estudantes (Silva, 2021, p. 484).

A aprendizagem de qualidade, terceiro pilar da inclusão, requer a oferta de recursos adequados, apoio individualizado e práticas pedagógicas diversificadas (Silva, 2023, p. 486). Nesse sentido, o Desenho Universal para a Aprendizagem propõe o uso de múltiplos meios de engajamento, representação e expressão, ampliando as possibilidades de participação (Torres, 2022, p. 05; CAST, 2018; Meyer, Rose & Gordon, 2014).

A formação docente é um fator estratégico para o avanço da inclusão. Professores capacitados são capazes de adaptar o currículo, utilizar metodologias diversificadas e avaliar de forma inclusiva (Torres, 2022, p. 8). Além disso, a formação contínua contribui para a construção de uma cultura escolar mais acolhedora e comprometida com a diversidade.

Mantoan (1998, p. 49-51) destaca ainda a importância da descentralização da gestão escolar, promovendo maior autonomia pedagógica e participação da comunidade na tomada de decisões. Esse movimento fortalece práticas inclusivas e amplia o compromisso coletivo com a educação de qualidade.

Outro aspecto relevante refere-se à parceria entre escola, família e comunidade, fundamental para o sucesso da inclusão (Mantoan, 2000, p. 78). A abordagem centrada no aluno, baseada na identificação de suas necessidades e potencialidades, favorece a construção de estratégias personalizadas e mais eficazes (Barbosa & Bezerra apud Santos, 2022).

Partindo desse pressuposto, iniciativas como o modelo “Ensinando e Aprendendo com a Inclusão” reforçam a importância da colaboração, empatia e apoio mútuo no ambiente escolar. Inspirado na perspectiva de Mantoan, esse modelo promove um ciclo positivo de

aprendizagem e solidariedade, fortalecendo vínculos e contribuindo para o desenvolvimento coletivo.

Nesse sentido, a educação inclusiva exige planejamento estruturado, formação contínua, currículo flexível e compromisso institucional. Ao integrar esses elementos, a escola se torna capaz de oferecer uma educação equitativa, humanizada e alinhada às demandas de uma sociedade diversa e em constante transformação.

Metodologia

O estudo adotou um enfoque teórico-empírico baseado na pesquisa qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas, observação e revisão de literatura. Essa abordagem permitiu explorar o tema com maior profundidade, seguindo autores como Marconi, Lakatos e Gil (2007), que destacam a flexibilidade e riqueza dessas técnicas em pesquisas sociais.

As entrevistas semiestruturadas foram escolhidas por oferecerem liberdade ao entrevistador e ao entrevistado, possibilitando uma conversa mais natural e aberta. Esse formato favoreceu a coleta de informações detalhadas e ampliou a compreensão sobre a realidade estudada, especialmente no contexto escolar.

A observação também desempenhou papel essencial, sendo considerada um processo ativo e orientado por hipóteses. Essa técnica contribuiu para captar aspectos do cotidiano que não seriam percebidos apenas por meio de dados formais, enriquecendo a análise qualitativa.

O estudo caracterizou-se como qualitativo, destacando a relação entre o sujeito e o contexto social. Essa abordagem permitiu interpretar significados, percepções e experiências que não podem ser traduzidos em números, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos problemas investigados.

O contexto da pesquisa evidenciou dificuldades escolares, especialmente em relação à educação de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). A falta de professores qualificados e de infraestrutura adequada nas escolas compromete o atendimento a esses estudantes e provoca deslocamentos para a área urbana.

A pesquisa contou com 107 participantes, incluindo professores, pais e alunos, e foi realizada online entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. Apesar das limitações de acesso à internet, os dados coletados foram relevantes para evidenciar a realidade local.

Resultados e Discussão

O estudo analisa a implementação de políticas inclusivas em escolas, destacando que o contexto geográfico e socioeconômico impõe desafios significativos à efetivação da inclusão. A pesquisa foi conduzida com professores, alunos e pais, utilizando questionários estruturados aplicados via Google Forms, o que garantiu uma coleta de dados organizada e abrangente. A análise foi apoiada por gráficos que facilitaram a visualização das tendências e possibilitaram uma compreensão mais clara da realidade dessas escolas.

Os dados revelam que, embora exista um corpo docente relativamente experiente e com formação inicial adequada, há lacunas importantes na execução de projetos inclusivos e, principalmente, na formação continuada dos professores. A maioria dos docentes não possui capacitação específica na área de inclusão, o que limita a aplicação de práticas pedagógicas mais eficazes. Além disso, muitos educadores relatam que ações voltadas à inclusão são inexistentes ou realizadas apenas parcialmente.

Outro ponto crítico identificado é a fragilidade na comunicação entre escola e comunidade. A maioria dos professores considera essa relação insatisfatória, o que compromete o entendimento das necessidades dos alunos e a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo. Também se destaca que parte dos pais possui escolaridade até o ensino médio, o que influencia sua percepção sobre a inclusão e reforça a importância de estratégias de diálogo e colaboração mais efetivas entre escola e família.

A percepção de alunos e pais converge para a necessidade de melhorias estruturais e pedagógicas. Ambos os grupos defendem a ampliação da formação docente, o investimento em recursos e infraestrutura e a oferta de suporte individualizado. Além disso, os alunos enfatizam a importância de promover acessibilidade e respeito no ambiente escolar, elementos essenciais para consolidar uma cultura inclusiva que valorize a diversidade.

Como principais conclusões, o estudo evidencia que: (1) a formação continuada dos professores é o fator mais urgente para fortalecer a inclusão escolar; (2) a falta de políticas institucionais e apoio estrutural compromete a efetividade das práticas inclusivas; e (3) a melhoria da comunicação entre escola, família e comunidade é fundamental para construir um ambiente educacional mais acolhedor e eficiente. Em síntese, a inclusão ainda enfrenta desafios significativos nessas escolas, exigindo ações articuladas e investimentos consistentes para se tornar uma realidade concreta.

Conclusão

A inclusão educacional tem se consolidado como um eixo estratégico para a promoção de equidade no ambiente escolar. A análise de dados provenientes de alunos, pais e educadores evidencia avanços relevantes, mas também revela lacunas estruturais e pedagógicas que limitam sua efetiva implementação, especialmente em escolas ribeirinhas da zona rural de Autazes/AM.

Entre os principais desafios identificados, destacam-se: limitações na infraestrutura física — com ausência de acessibilidade adequada —, escassez de recursos didáticos adaptados e tecnologias assistivas, fragilidades na formação continuada dos docentes e a persistência de estigmas relacionados às necessidades educacionais especiais (NEE). Esses fatores, combinados, impactam diretamente a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a participação plena dos estudantes.

A preparação das escolas para a inclusão, portanto, não pode ser compreendida apenas sob a ótica estrutural. Trata-se de um processo multifacetado que exige articulação entre dimensões pedagógicas, culturais e institucionais. Nesse sentido, a integração entre escola, família e serviços sociais e de saúde mostra-se decisiva para a construção de um ambiente educacional mais responsivo às necessidades dos alunos.

Os dados também indicam um consenso quanto à relevância da formação continuada dos professores como elemento central para a consolidação de práticas inclusivas. A qualificação docente, aliada ao apoio institucional, é fundamental para superar inseguranças e promover estratégias pedagógicas mais flexíveis, colaborativas e centradas no aluno.

Do ponto de vista prático, a inclusão requer a incorporação de abordagens que valorizem a diversidade e estimulem a participação ativa dos estudantes, como atividades cooperativas, adaptação curricular, uso de múltiplos recursos didáticos e promoção da autonomia. A contextualização sociocultural, especialmente em comunidades ribeirinhas, deve orientar essas práticas, fortalecendo o vínculo entre escola e realidade local.

Além do mais, a construção de um ambiente escolar seguro e acolhedor demanda ações integradas de toda a comunidade educativa. Isso inclui políticas institucionais de prevenção à violência, suporte psicossocial e estímulo ao diálogo contínuo entre alunos, familiares e educadores. A escola, nesse contexto, assume não apenas o papel de transmissora de conhecimento, mas de promotora do desenvolvimento integral dos estudantes.

A legislação brasileira assegura o direito à educação inclusiva, mas sua efetivação ainda enfrenta obstáculos significativos, como resistências culturais e práticas pedagógicas tradicionais pouco adaptativas. Superar tais barreiras exige uma mudança paradigmática, na qual a diversidade seja compreendida como um ativo pedagógico e não como um desafio isolado.

Em suma, a inclusão educacional deve ser entendida como um compromisso coletivo e contínuo. Investir em formação docente, infraestrutura, recursos pedagógicos e sensibilização da comunidade é fundamental para construir um sistema educacional mais justo, acessível e eficiente. Ao alinhar práticas pedagógicas inovadoras com princípios de equidade e respeito à diversidade, as escolas podem promover não apenas melhores resultados educacionais, mas também uma sociedade mais inclusiva e socialmente responsável.

Referências Bibliográficas

ALVES, C. J. L.; ARAÚJO, T. N. de. **Entrevista com Maria Teresa Eglér Mantoan: educação especial e inclusão escolar**. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 13, n. 2, p. 240-247, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.5965/19843178130220172240>>

BATTISTI, Aline Vasconcelos et al. **Importância da formação dos profissionais para inclusão de alunos com necessidades alimentares especiais**. Educação, v. 47, n. 1, 2022.

BRAMBILLA, L. H.; JÚLIO, A. A. **Percepção do professor sobre o processo de alfabetização**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 16, n. 2, p. 28-36. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X1999000200003>>

CAIMI; LUZ. **Inclusão no contexto escolar: estado do conhecimento, práticas e proposições**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 62, p. 665-682, 2018. DOI: <<https://doi.org/10.5902/1984686X29202>>

CONCEIÇÃO, S. et al. **Aprendizagem mediada pelo professor: uma abordagem vygotskyana**. Research, Society and Development, v. 8, n. 7, p. 1-14, 2019. DOI: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v8i7.1139>>

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos (org.). **Educação especial: cidadania, memória, história**. Belém: EDUEPA, 2017.

FLORES, Joaquín Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KASSAR, M. de C. M.; REBELO, A. S. **Abordagem da educação especial no Brasil entre o século XX e início do século XXI**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. spe, p. 51-68, 2018. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000400005>>

LIMA, Norma Silvia Trindade de; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Nota sobre inclusão, escola e diferença**. Educação Temática Digital, v. 19, n. 4, p. 824-832, 2017.

LOPES, Quenizia Vieira; TIROLI, Luiz Gustavo; SANTOS, Adriana Regina de Jesus. **Currículo: diversidade e tensões no contexto educacional**. Revista Espaço do Currículo, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2023.

LÜDKE, Menga. **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papirus, 2001.

MACIEL, D. A. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglé. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MELO, J. W. Diversidade, **direitos humanos e currículo escolar: primeiras aproximações ao objeto de estudo**. Revista Espaço do Currículo, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.15687/rec.v15i1.58160>>

OLIVEIRA, C. de S.; FERREIRA, N. V. C. Formação de professoras rurais em Mato Grosso e no Território Federal do Guaporé (1941-1947). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 264, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i264.5076>>

OLIVEIRA, A. L. M.; POCHMANN, M.; ROSSI, P. **Inclusão interrompida? Educação superior no Brasil no início do século XXI.** *Economia e Sociedade*, v. 31, n. 2, p. 417-437, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n2art07>>

ORSO, P. J. **Planejamento escolar em tempos de precarização da educação.** *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 15, n. 65, p. 265-279, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.20396/rho.v15i65.8642710>>

RONCHI, Avelar et al. **Atuação do psicólogo escolar: planejamento como estratégia para a ação.** *Psicologia em Pesquisa*, p. 1-25, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.34019/1982-1247.2022.v16.31389>>

SABOIA; BARBOSA. **Base comum curricular: competências, habilidades e o planejamento escolar.** *Práticas Educativas e Oralidade*, v. 2, 2020.

SILVA, Elias et al. **Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras.** *Educação em Revista*, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0102-469826627>>

SILVA, É. F. **Currículo: instrumento de identidade e independência epistêmica.** *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 10, n. 1, p. 482-495, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n1a2021-54837>>

SILVA, R. R. **Por uma agenda curricular democrática com foco na inovação educativa para o Brasil.** *Educação em Revista*, v. 37, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0102-469825641>>

TORRES, J. P.; MARCIANO, R. H. de R. **Formação de professores: desenhando uma disciplina inclusiva a partir do desenho universal para a aprendizagem.** 2022. DOI: <<https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39412>>

TREVISAN, A. L. **Filosofia da educação e formação de professores no velho dilema entre teoria e prática.** *Educação em Revista*, n. 42, p. 195-212, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000500013>>

VAZ, K. **Professor sem ensino: projeto de escola e professor para educação especial (1996-2016).** *Educação & Realidade*, v. 46, n. 3, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236116977>>